

HISTÓRIA POLÍTICA, MULHERES E FEMINISMO NEGRO EM MOVIMENTO: o Grupo Lélia Gonzalez no Brasil

Ana Lúcia Silva¹
Raylene Barbosa Moreira²

Resumo: Considerando a História mundial no contexto histórico pós-queda do Muro de Berlim e do fim do “socialismo real”, de expansão do capitalismo no contexto transnacional, e consequentemente do neoliberalismo nesses tempos de globalização, nesse artigo visa-se ressaltar a organização em Redes feministas na América Latina, especificamente de mulheres e do Feminismo negro no Brasil, com destaque o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez. Com base nos aportes teóricos da Nova História Política, dos Estudos feministas e das epistemologias negras, objetiva-se analisar como na e pós-pandemia da COVID-19 e no governo Bolsonaro, o Grupo Lélia Gonzalez por meio de suas atividades buscou formar a opinião pública acerca da luta antirracista, feminista, anticlassista e em Direitos Humanos, ao dialogar sobre questões de raça, gênero e classe na universidade e com a comunidade externa, representantes de movimentos sociais e/ou da sociedade civil.

Palavras-chave: História Política. Estudos feministas. Epistemologias negras. Brasil. Grupo Lélia Gonzalez.

POLITICAL HISTORY, WOMEN AND BLACK FEMINISM IN MOVEMENT: the Lélia Gonzalez Group in Brazil

Abstract: Considering world history in the historical context after the fall of the Berlin Wall and the end of “real socialism”, of expansion of capitalism in the transnational context, and consequently of neoliberalism in these times of globalization, this article aims to highlight the organization in Feminist Networks in Latin America, specifically of women and Black Feminism in Brazil, with emphasis on the Grupo de Estudos e Pesquisa Lélia Gonzalez. Based on the theoretical contributions of New Political History, Feminist Studies and Black epistemologies, the objective is to analyze how in and after the COVID-19 pandemic and in the Bolsonaro government, the Lélia Gonzalez Group, through its activities, sought to form opinion public about the anti-racist, feminist, anti-classist and Human Rights struggles, when dialoguing on issues of race, gender and class at the university and with the external community, representatives of social movements and/or civil society.

Keywords: Political History. Feminist studies. Black epistemologies. Brazil. Lélia Gonzalez Group.

HISTORIA POLÍTICA, MUJERES Y FEMINISMO NEGRO EN MOVIMIENTO: el Grupo Lélia Gonzalez en Brasil

Resumen: Considerando la historia mundial en el contexto histórico posterior a la caída del Muro de

¹ Doutora em Educação/UEM. Doutora em História/UEM. E-mail de contato: ana.lucia@unifal-mg.edu.br.

² Doutoranda em educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pedagoga. Pesquisa Educação em espaços de privação de liberdade, Educação Popular, Direitos Humanos em Educação a partir da perspectiva feminista. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez e do Grupo de Pesquisa Aprendizados ao Longo da vida. E-mail: raylenemoreira95@gmail.com

Berlín y el fin del “socialismo real”, de la expansión del capitalismo en el contexto transnacional, y consecuentemente del neoliberalismo en estos tiempos de globalización, este artículo tiene como objetivo resaltar la organización en Redes Feministas en América Latina, específicamente de mujeres y Feminismo Negro en Brasil, con énfasis en el Grupo de Estudos e Pesquisa Lélia Gonzalez. Con base en los aportes teóricos de la Nueva Historia Política, los Estudios Feministas y las Epistemologías Negras, el objetivo es analizar cómo en y después de la pandemia del COVID-19 y en el gobierno de Bolsonaro, el Grupo Lélia González, a través de sus actividades, buscó formar opinión pública sobre las luchas antirracistas, feministas, anticlasistas y de Derechos Humanos, al dialogar sobre temas de raza, género y clase en la universidad y con la comunidad externa, representantes de movimientos sociales y/o sociedad civil.

Palabras-clave: Historia Política. Estudios feministas. Epistemologías negras. Brasil. Grupo Lélia González.

Introdução

Depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, a ONU promoveu uma série de conferências mundiais para repactuar as diretrizes de seus países-membros, encontros que se consolidaram como fóruns de recomendações de políticas públicas [...].

Crescia entre as mulheres a consciência de que os processos de globalização neoliberais agudizavam a pobreza e a desigualdade. As estratégias de ação deveriam ter uma perspectiva internacionalista, com a parceria de diversos movimentos e instituições. Além de desenvolver ações regionais na América Latina e no Caribe, as ativistas estavam articuladas para participar de fóruns internacionais também com as mulheres do Norte do mundo naquele momento chamado de Primeiro Mundo.

(SANTANA, 2021, p. 202).

No final do século XX, em 1989, houve a queda do Muro de Berlim, o fim do “socialismo real” na União Soviética como expôs o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995). Assim, na sociedade contemporânea se difundiu a ideia de triunfo do capitalismo. Por meio da reunião de economistas e formulação do Consenso de Washington (1989) políticas econômicas foram (re)pensadas, para o desenvolvimento do capitalismo no contexto transnacional, inaugurando os tempos de globalização, ou seja, do capitalismo neoliberal, principalmente a partir da década de 1990.

Nesse contexto histórico, ativistas de movimentos sociais, grupos étnico-raciais, como as mulheres do Sul global, primordialmente as mulheres negras, latino-americanas e caribenhas, afro-americanas, africanas, entre outras tensionaram o diálogo com o movimento feminista hegemônico (constituído em sua maioria por mulheres brancas) problematizando questões

afetas ao diálogo interseccional acerca de raça, gênero e classe, a diversidade. Por isso, segundo a ativista negra, afro-brasileira e filósofa, Sueli Carneiro, é essencial “enegrecer o feminismo” (CARNEIRO Apud SANTANA, 2021, p. 199).

Assim, elas por meio de suas organizações, seus encontros e suas redes feministas têm pressionado os Estados nacionais e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros, para a mobilização e o combate à pobreza, ao machismo, ao racismo institucional e cotidiano, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, a misoginia, a violência doméstica, ao feminicídio, entre outras práticas de opressão, enfim as assimetrias existentes em diversos espaços da vida social, como no mundo do trabalho e na política institucional, por exemplo.

No século XXI, conforme o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nas duas últimas décadas, no período de 2005 a 2022, ainda foram constatadas a permanência das desigualdades de gênero no mundo do trabalho, afetando drasticamente a vida das mulheres. Em todo mundo, 15% das mulheres em idade produtiva desejam trabalhar, porém, não têm emprego. Sendo assim, considerando as taxas globais as mulheres têm enfrentado maior índice de desemprego quando comparamos a realidade de homens. Muitas mulheres estão em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho por desempenharem atividades informais, sem registros e ao não acesso aos direitos trabalhistas. Porém, na luta diária de trabalho, mesmo realizando atividades informais, elas procuram promover o sustento de suas famílias (ONU News, 2023).

Na América Latina, especificamente no Brasil, as desigualdades raciais e de gênero estão presentes no mundo do trabalho. Em nosso país as assimetrias persistem, quando mulheres e homens estão empregados existem diferenças salariais, o homem branco ganha melhor, depois a mulher branca, em seguida o homem negro e na base dessa pirâmide social estão às mulheres negras. Do universo de oito milhões de trabalhadores domésticos, 93% são mulheres, destas 62% são mulheres negras, sendo mal remuneradas e/ou trabalhando em situação análoga a escravidão, sem acesso aos direitos trabalhistas, embora a PEC das domésticas tenha sido aprovada em 2013, tendo uma década de existência (TEIXEIRA, 2021; PRETA-RARA, 2019; CARNEIRO, 2018; CARNEIRO, 2011).

Em 2023, foi aprovado no Congresso Nacional, o Projeto de Lei - PL n. 1.085/2023,

que tornou obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham a mesma função no trabalho. Assim, por meio dessa política pública se objetiva combater às desigualdades no mundo do trabalho que ainda reverberam o sexismo existente em nossa sociedade (BRASIL, 2023).

Diante dessa realidade de desigualdades, as mulheres, principalmente mulheres negras, indígenas, afro-americanas e africanas seguem na luta antirracista, feminista e em Direitos Humanos, reivindicando políticas públicas para a promoção da equidade racial e de gênero, justiça social e do bem viver aos grupos sociais historicamente excluídos, tais como negros, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras, e a população LGBTQIA+.

Nessa perspectiva, o lugar de que falamos é o lugar de posicionamento, de resistência de mulheres que construíram e constroem redes feministas em seus cotidianos e, mais que isso, buscam estremecer a “ordem das bicadas” (SAFIOTTI, 1987), imposta pela sociedade patriarcal, capitalista e neoliberal. A base dessa ordem nunca nos coube, portanto, radicalizar e ir à luta com amorosidade, termo cunhado por bell hooks³ (2020), tornou-se imprescindível.

Assim, nesse *paper*, à luz dos aportes teóricos da Nova História Política, dos Estudos feministas e das epistemologias negras, temos como objetivo analisar como na e pós-pandemia da COVID-19 e no governo Bolsonaro, o Grupo Lélia Gonzalez por meio de suas atividades buscou formar a opinião pública acerca da luta antirracista, feminista, anticlassista e em Direitos Humanos, ao dialogar sobre questões de raça, gênero e classe na universidade e com a comunidade externa, representantes de movimentos sociais e/ou da sociedade civil.

Vislumbramos publicizar nossas ações, e mais, contar nossa própria história. Desde a criação do Grupo Lélia Gonzalez, trabalhamos, (re)criamos e pesquisamos de forma incansável para que consigamos dialogar para além da academia.

História Política, mulheres e feminismo negro no Brasil contemporâneo: “nossos passos vêm de longe”

Em meio ao medo instalado e à necessária coragem, ensaiamos movimentos ancorados na recordação das proezas antigas de quem nos trouxe até aqui. E,

³ bell hooks indica que seu nome deve ser escrito em minúsculo. De acordo com ela, é para que demos mais ênfase para seus escritos. <<https://almapreta.com/editorias/realidade/editora-lanca-livro-de-bell-hooks-sobre-racismo-em-saopaulo#:~:text=O%20nome%20%22bell%20hooks%22%20foi,e%20menos%20a%20sua%20pessoa>>

apesar das acontecências do banzo, seguimos. Nossos passos vêm de longe... sonhamos para além das cercas. O nosso campo para semear é vasto e ninguém, além de nós próprios, sabe que também inventamos a nossa Terra Prometida. É lá que realizamos a nossa sementeira. Em nossos acidentados campos - sabemos pisar sobre as planícies e sobre as colinas - a cada instante os nossos antepassados nos vigiam e com eles aprendemos a atravessar os caminhos das pedras e das flores.

(EVARISTO, 2017, p. 111).

Desde os tempos da colonização portuguesa no Brasil, a história de nossos ancestrais indígenas, africanos, do povo negro, das mulheres em sua diversidade étnico-racial, principalmente de mulheres negras, indígenas e trabalhadoras, foi forjada por práticas de resistência, lutas pela liberdade e contra a opressão diante da invasão das terras dos povos originários, a escravização, as práticas de violência como o estupro, o racismo, o patriarcado, o machismo, as desigualdades, a pobreza e a exclusão social. Por conta disso, esses múltiplos grupos sociais sonharam e sonham para além das cercas de opressão, vislumbrando um mundo novo tanto no passado como na contemporaneidade, por isso, seguem na luta antirracista, feminista e defesa dos Direitos Humanos.

Compreendendo o contexto histórico do século XIX, no Brasil pós-Independência, a História Política Tradicional, a construção do Estado nacional, constatamos que historicamente o espaço da política institucional foi majoritariamente constituído por homens brancos e da elite, excluindo mulheres, negros e indígenas, os sujeitos anônimos. A narrativa da história da nação dava visibilidade aos “grandes homens” da esfera política, militar e/ou religiosa, assentando-se no paradigma tradicional, eurocêntrico e patriarcal (FONSECA, 2011).

Na perspectiva da Nova História Política outros atores sociais entraram em cena no desenvolvimento de pesquisas e estudos históricos, contrapondo-se às narrativas tradicionais e coloniais, pois, a política, o político e as relações de poder não se restringem ao Estado e suas instituições, estes permeiam as relações humanas, os movimentos sociais, entre outros espaços da vida social (RÉMOND, 2003; FALCON, 1995).

Em nosso país, após anos de lutas do movimento feminista, nós mulheres conquistamos o direito ao voto, somente em 1932, no governo do presidente Getúlio Vargas. No sul do Brasil, a primeira mulher negra eleita deputada estadual foi Antonieta de Barros por Santa Catarina. Desde aquela época, Antonieta já se preocupava com políticas públicas voltadas para a Educação, o combate ao racismo e a emancipação feminina (COSTA, 2021; MARQUES, 2019).

No Brasil contemporâneo, as mulheres, principalmente as mulheres negras e indígenas têm pautado reivindicações no âmbito dos movimentos sociais e da política institucional, ressaltando a relevância de considerar a diversidade étnico-racial, social, de gênero e sexual na construção, aprovação e implementação de políticas públicas no combate à pobreza e às desigualdades.

Ao longo do século XX, principalmente a partir da década de 1980, as mulheres negras têm intensificado e tensionando o diálogo interseccional sobre raça, gênero, classe e diversidade sexual no âmbito do movimento feminista e do movimento negro. Assim, o feminismo negro foi florescendo no contexto das lutas por emancipação feminina e negra. Na década de 1990, no período de 19 a 25 de julho de 1992, ocorreu o I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, em Santo Domingo, na República Dominicana, com a presença de mais de 350 mulheres negras. Nesse evento se fundou a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora (RMAAD), a fim de fazer o enfrentamento às desigualdades vivenciadas, “compartilhar estratégias de participação nas instâncias governamentais e fazer valer os acordos internacionais em cada país” (SANTANA, 2021, p. 200) no contexto da diáspora. Nesse encontro também se definiu o “25 de julho” como o Dia Internacional da luta e resistência da mulher negra, latino-americana e caribenha. Assim, a RMAAD assumiu o papel importante de denúncias e articulações internacionais contra o racismo e o sexismo, atuando nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da década de 1990, primordialmente na Conferência de Durban, em 2001 (SANTANA, 2021; SILVA, PRIORI, 2021; CARNEIRO, 2018; RIBEIRO, 2018; DAVIS, 2016; GONZALEZ, 1988).

As mulheres negras têm organizado diversos coletivos em nosso país: em 1983, no Rio de Janeiro, o Coletivo Nzinga por Lélia Gonzalez e Helena Theodoro; em 1988, em São Paulo, o Instituto de Mulheres Negras - Geledés por Sueli Carneiro; em 1992, no RJ, a fundação Criola por Jurema Werneck; em 2020, no Rio Grande - RS, o Grupo de Pesquisa e Estudos Interdisciplinares Lélia Gonzalez por Amanda Motta Castro; em 2022, em SP, o Espaço Feminismos Plurais por Djamila Ribeiro, entre outras organizações feministas e negras (SILVA, PRIORI, 2021; LOPES, 2019; CARNEIRO, 2018; RIBEIRO, 2018; RATTTS, RIOS, 2010).

Nesse sentido as mulheres, principalmente as mulheres negras têm feito política nas redes feministas que fundaram e participam com outras ativistas, apresentando suas

reivindicações, (re)construindo projetos e políticas públicas para o combate a pobreza, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, e promoção do bem viver na democracia.

Dessa maneira, no Brasil contemporâneo, compreendemos o ativismo de outros coletivos/organizações como a Coalizão Negra por Direitos, o Instituto Marielle Franco, Mulheres Decidem, mulheres negras como Benedita da Silva (PT/RJ), Marielle Franco (ex-vereadora do PSOL, assassinada brutalmente em 14 de março de 2018), Carol Dartora (PT/PR), Dandara (PT/MG), entre outras têm intensificado as práticas para o aquilombamento na política **institucional**.

Figura 1 – O Grupo Lélia Gonzalez: construindo redes feministas.



Arte: Eduardo Angelo/SP-BR

[...] Um novo feminismo foi delineado em nossos horizontes, aumentando nossas esperanças de expansão de suas perspectivas. A criação de novas redes.
Lélia Gonzalez

Na sociedade contemporânea, no contexto do capitalismo neoliberal, em tempos de globalização, das tecnologias digitais, de ascensão da extrema direita, de difusão dos discursos de ódio na vida real e online (na internet, por exemplo, nas redes sociais), do racismo, do machismo, da violência de gênero, da misoginia, da violência política, ao compreendermos a História Política brasileira, embora a resistência democrática, ocorreu o golpe de Estado de 2016 que levou ao *impeachment* a primeira mulher presidenta de nosso país, Dilma Rousseff (PT). Posteriormente, Michel Temer (MDB) assumiu a presidência da República (2016-2018), e na Eleição de 2018 Jair Messias Bolsonaro e Hamilton Mourão foram eleitos respectivamente presidente e vice-presidente da República.

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro difundiu alguns slogans como “Bolsonaro, honesto, cristão e patriota”, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, entre outras (PSL, 2018), propalando a cultura política brasileira pautada em princípios, valores e costumes associados a moral, a religião e ao patriotismo. Isso ficou evidente nas propagandas políticas, no jingle “Campanha Bolsonaro - Muda Brasil - Eleições 2018” (PSL, 2018), nas redes sociais, nas camisetas e nos adesivos distribuídos para as pessoas.

Entende-se por cultura política o conjunto de valores, de representações, de práticas políticas, que extrapolam o universo institucional, são inerentes aos grupos individuais ou coletivos, estes apresentam uma identidade, tendo leituras em comum do passado e novos projetos, delineando tempos vindouros (PRIORI, BRUNELO, 2018; BERSTEIN, 1998).

Assim, pode-se expor que o discurso de Bolsonaro foi validado nas urnas, visto que a maioria de votos levou-o a eleição para presidente da República, ou seja, por aqueles e aquelas que partilharam de valores e costumes difundidos pelo PSL durante a campanha eleitoral, ao propor um projeto de “mudança” para o Brasil ancorado na ideia de anticomunismo e antipetismo, visando “salvaguardar” a “democracia”, a defesa da família tradicional, os valores cristãos e morais, combater a corrupção, impedir que o país se tornasse Cuba e/ou Venezuela.

Desde o início do (des)governo Bolsonaro (2019 - 2022) que assombrou o país, no ano de 2018, buscamos formas de nos mantermos unidas, resistindo às mais diversas formas de opressão. Além disso, é possível afirmar que:

[...] não é possível falar da criação e desenvolvimento do grupo sem falar do contexto político e social no qual ele está inserido: um cenário negacionista, de profundo ódio político o qual ameaça os direitos das mulheres, negras(os) e pobres, ainda por cima, em meio a uma grande crise sanitária (CASTRO; MOREIRA; PIRES; SOARES, 2023, p. 156).

Em 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a crise sanitária mundial, a pandemia de COVID-19, sentimos a necessidade da criação de um grupo/rede que nos aproximasse, mesmo com o distanciamento social, tornaria algo fundamental para que nos mantivéssemos firmes e nos fortalecendo coletivamente para que conseguíssemos atravessar tanto o período de distanciamento de corpos, quanto o período dramático de governo. Importante destacar que:

Para além do alto número de mortes, o país registrou uma crescente alta no número de desempregadas(os) em 2020. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país chegou a registrar 15% da população desempregada, sendo 7 milhões de mulheres desempregadas. Levando em consideração que a maior parte da população brasileira é composta por mulheres negras que muitas vezes são mães solo, podemos constatar que o peso dessa situação acabou recaindo sobre seus ombros, pois muitas, inclusive, não puderam optar em cumprir as medidas de distanciamento e isolamento social, visto que precisavam alimentar sua família e garantir o seu sustento (CASTRO; MOREIRA; PIRES; SOARES, 2023, p. 157).

O Grupo Lélia Gonzalez foi pensado justamente para desenvolver redes de fortalecimento da e para mulheres comprometidas com as lutas sociais. Assim como discutido no livro “Epistemologias Afrolatinoamericanas” (CASTRO; MOREIRA, 2021), as reflexões são debruçadas principalmente pelos feminismos, sobretudo os transatlânticos, a partir de teóricas e teóricos, ativistas e intelectuais comprometidas/os com as formas de luta: anticoloniais, antirracistas, antipatriarcal, antiLGBTfóbicas, antielitistas e antidiscriminatórias.

Desde o dia 14 de setembro de 2020, dia em que oficializamos a sua criação, compartilhamos pesquisas, desenvolvemos e criamos estudos e “escrevivências”, termo criado por Conceição Evaristo (2020) e, segundo as palavras da autora, contidas no livro “Escrevivência: a escrita de nós”:

Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida (EVARISTO, 2020, p. 35).

Portanto, a partir disso, construímos caminhos possíveis, formas de resistência e tessituras de redes de afeto. De maneira formal, o grupo tem como objetivo principal a disseminação e a valorização da ciência e dos estudos acadêmicos, mas, sobretudo, compartilha a luta com afetividade e amorosidade (hooks, 2020). Nosso cotidiano é a pesquisa militante e, com isso, reafirmamos e continuaremos reafirmando que nossos passos vêm de longe.

Em nossa caminhada utópica de forjar abordagens, análises e reflexões insurgentes, insubmissas de vozes dissidentes, estávamos e seguimos a contrapelo de uma sociedade racista, classista, sexista e LBGBTfóbica. O grupo, que chamamos de nosso, reivindica a liberdade das mulheres, da classe trabalhadora, das populações indígenas e do povo preto dentro e fora da academia, assim como nos ensinou Lélia Gonzalez.

Nossa caminhada é construída a contrapelo da perspectiva eurocentrismo que opera na academia. Vemos e ouvimos ao longo de nossa formação, em uma diversidade de cadeiras, leituras, mesas de debates sobre pensamentos e escritos de homens brancos europeus o que pensam, o que escreveram e o que sistematizaram.

Quantas mulheres você tem lido? Quantas estão nas ementas, em seu referencial durante desenvolvimento de pesquisas? O difícil movimento de viver a contrapelo do patriarcado e tudo que é excludente, é feito pelo grupo formado majoritariamente por mulheres da América Latina e Caribe, que é o “Lélia”.

O movimento desafiador de se questionar e questionar a “ordem das bicadas” (SAFFIOTI, 1987) expõe de forma objetiva que a posições sociais ocupadas pelas mulheres, sobretudo pelas mulheres negras na “pirâmide social” são as últimas e, por este motivo, esses movimentos tornaram-se fundamentais para o grupo. Desnaturalizar e caminhar contra os opressores é imprescindível para que consigamos pensar em uma sociedade liberta e justa.

Neste sentido, o grupo Lélia Gonzalez foi criado para ter seu referencial teórico formado majoritariamente por mulheres e por mulheres não brancas. Produzimos, criamos e lemos pesquisas estão embasadas nas reflexões produzidas pelos feminismos, sobretudo os transatlânticos, juntamente com as pessoas de movimentos sociais e ativistas que nos auxiliam a ver/ler escrituras de uma população periférica e, que, foram subalternizadas.

Por muito tempo, nós, mulheres, fomos vistas como “loucas” quando fomos e somos insubmissas frente às práticas de opressão do patriarcado, excluídas da sociedade toda vez que tentávamos contar nossas próprias histórias e escrever nossas próprias vivências. Mesmo que tenhamos avançado, a sociedade patriarcal que ainda perdura em nossa sociedade, faz com que a nossa luta seja desvalorizada, deslegitimada. Saffioti (1987) nos atenta para o fato de que a história pouco registra as ações femininas, assim como as demais categorias excluídas. A autora argumenta que podemos compreender o patriarcado como “um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 111).

Principalmente após a ascensão de pessoas ditas conservadoras, bem como o espaço que ganharam por meio do discurso de ódio, antes mesmo de oficializar o Grupo de Pesquisa Lélia Gonzalez, muito falávamos da necessidade de socializar o que fazíamos e nossos debates para além das quatro paredes da sala de aula, fazer com que discussões como essa também perpassasse

cotidianos. E, por este motivo, começamos a tornar nossos encontros abertos (mesmo que feito por meio de computadores e celulares, considerando o período pandêmico).

Mesmo inseridas na esfera do trabalho e considerando a nova configuração social, podemos afirmar que a desigualdade entre homens e mulheres são grandes no contexto brasileiro, hooks afirma que “as mulheres conquistaram mais direitos em relação a salários e cargos como resultado de protestos feministas, mas isso não eliminou completamente a discriminação por gênero” (2018, p. 82).

Refletimos muito ao longo de nossa trajetória, e durante nossos encontros e conversas percebemos que há a necessidade de compartilharmos, construirmos, ocuparmos e, ainda, reafirmar o nosso comprometimento com as lutas que pulsam em nossas veias. A gente se reconhece, a gente sempre se encontrou na luta, no Grupo Lélia nos (re)encontramos. Primeiro, um grupo pequeno de mulheres, reunidas a partir dos nossos encontros no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEDU/FURG).

Com as portas abertas para todo tipo de discriminação desde o período sombrio que começou a assolar o nosso país, compreendemos que nossos diálogos e construções tornam-se atos políticos e de resistência frente à onda de ódio e opressão. Dialogar com diferentes pessoas, em diferentes espaços tempos faz com que os nossos debates e construções ocupem, incomodem e não permite que acomode.

No período pandêmico de 2020 cada pessoa enfrentou sua particularidade, e, diante disso, fez com que nos reorganizássemos, reinventássemos e, mais ainda, a forma de resistência precisou ser (re)pensada. Precisamos pensar e construir novos modos de ocupar todos os espaços. Encontramos nas telas e nos encontros iniciais (realizados remotamente), amorosidade, demos as mãos – mesmo que virtualmente – para que continuássemos sendo ouvidas, para que nos mantivéssemos juntas, enfrentando todas as formas de opressão. Surgimos nesse contexto, nos aproximando ainda mais da luta.

Fundado em 14 de novembro de 2020, realizamos nossa primeira reunião de modo virtual. Desde então, tem-se trabalhado de forma incansável para que possamos continuar ocupando todos os espaços, desde telas de computador a espaços físicos. Seguimos construindo espaços de debate e, principalmente, pensando junto com pessoas que ainda não estão no espaço acadêmico.

Figura 2 – Primeira reunião *online* – oficializando o Grupo Lélia Gonzalez.



Grupo de Pesquisa Lélia Gonzalez, 2020.

Falamos do momento sombrio do nosso país, destacando que desde a sua criação, o grupo sofreu diversas tentativas de ataques virtuais, mas não conseguiram nos calar. Continuaremos falando até que a nossa voz ecoe e seja ouvida em todos os cantos!

Desde 2020, organizamos grupos de estudos, *lives*, debates, congresso e, mais recentemente, organizamos o Congresso Internacional Lélia Gonzalez⁴. Importante ressaltar que nossas *lives* e a maioria dos cursos, são abertos à toda população, de forma irrestrita, ou seja, feito para aqueles que estão dentro e fora dos muros da academia. Nesses espaços seguimos construindo grupos de estudos e debates, encontrando companheiros e companheiras de diversas localidades, dentro e fora do Brasil.

Considerações finais

Que, do oprimido, nasça a esperança. Que, da unidade, nasça o encontro com as outras. Prossigamos nessas andanças, tecendo fios e alinhando-nos para dar continuidade para a libertação de todas.
(CASTRO; MOREIRA; PIRES; SOARES, 2023)

O Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez tem no nome a luta e a resistência das mulheres, das mulheres negras em defesa de um país mais igualitário, onde o racismo, o

⁴ O I Congresso Internacional Lélia Gonzalez, realizado nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2021, teve como objetivo principal, debater questões ligadas aos movimentos sociais, direitos humanos, gênero, desigualdades sociais, violências, educação popular e teorias decoloniais do campo das ciências humanas e sociais. Nosso ponto de partida para tais reflexões advém de análises de pesquisas e ações insurgentes e insubmissas de vozes dissidentes, sobretudo da América Latina e Caribe. O I Congresso Lélia Gonzalez reuniu docentes, militantes e ativistas das cinco regiões do Brasil, tendo também estado conosco colegas da Argentina, Colômbia, Cuba e Porto Rico. Contou com 25 palestrantes, 6 Grupos de Trabalho (GTs) e 100 trabalhos apresentados.

sexismo e outras formas de opressão sejam combatidos. A partir de uma perspectiva e de uma educação antirracista, feminista e em Direitos Humanos, construímos redes de apoio. Nosso lugar de luta é também o nosso espaço de refúgio e afetividade.

As redes que construímos e até os ataques que sofremos ao longo do percurso nos mostram que estamos incomodando, denunciando, resistindo aos tempos de ódio. Não desistimos, nem conseguiremos nos fazer recuar! Nosso desejo é que todas as mulheres sejam livres, que nossa luta não precisa - nem deve - ser solitária. É por meio da união que conseguiremos lutar contra todo tipo de opressão, contra o patriarcado.

O Grupo Lélia Gonzalez, pensado e feito a muitas mãos e as redes que construímos a partir dele é o encontro de mulheres e seus cotidianos. O movimento iniciou-se entre os muros da universidade, mas, considerando a proporção nos dias atuais, podemos dizer que se expandiu nacional e internacionalmente. Nascido um contexto político-social conturbado e posteriormente isso se intensificaria devido à pandemia da COVID-19. Vivenciamos o desmonte e o sucateamento das políticas públicas, voltadas principalmente para as populações historicamente excluídas.

Diante das muitas incertezas, nos unimos, nos reunimos, trilhamos bonitos caminhos, resistimos e seguiremos frente ao momento sombrio em que se encontra o Brasil. Esperançamos em tempos de ódio, demos as mãos às diferentes regiões do nosso país e fora dele, sobretudo nos países da América Latina. Somos muitas mulheres, com diferentes trajetórias e vivências, mas conseguimos nos manter de pé e, a partir da ética amorosa, chamada aqui de amorosidade, unimos e continuaremos unindo forças para que continuemos reivindicando nossos direitos sociais. Denunciamos e continuaremos denunciando o conservadorismo e a tentativa de nos silenciar.

Assim como nos ensinou o legado de Lélia Gonzalez, buscamos, como rede feminista, a liberdade das mulheres, da classe trabalhadora, das populações indígenas e da população preta dentro e fora dos muros acadêmicos. Deste modo, aqui temos uma busca da prática feminista e nossas novas redes de resistências.

Referências

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografias. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BRASIL. Projeto de Lei - PL n. 1.085/2023 que estabeleceu a obrigatoriedade de igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham a mesma função no mundo do trabalho.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida/Sueli Carneiro**. Belo Horizonte (MG); Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito).

CASTRO, Amanda Motta; MOREIRA, Raylene. **Epistemologias Afrolatinoamericanas**. São Paulo: LiberArs, 2021.

CASTRO, Amanda Motta; MOREIRA, Raylene; PIRES, Desiree. O. ; SOARES, Juliana. MULHERES INSUBMISSAS: a formação do grupo Lélia Gonzalez. In: NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; FREITAS, Gustavo da Silva; VICENTE, Magda de Abreu. (Org.). **Programa de pós-graduação em educação da FURG** retratos de 10 anos de história. 1ed. Curitiba: CRV, 2023, v. 1, p. 149-162.

COSTA, Andréa Lopes da. Prefácio. Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência. In: LOURENÇO, Ana Carolina. FRANCO, Anielle (org.). **A radical imaginação política de mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras; Rosa Luxemburgo, 2021. p. 10 - 18.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós** - Reflexões sobre as obras de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61 - 89.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano (1988). In: UCPA - União dos Coletivos Pan-Africanistas. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 307 - 320.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano (1988). In: RIOS, Flávia.

LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano/ Lélia Gonzalez ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1917-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** São Paulo: Elefante, 2020.

LOPES, Nei. Jurema Werneck. In: LOPES, Nei. **Afro-reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

ONU News. OIT: desigualdades de gênero no emprego são maiores do que se pensava. ONU News, 06 de março de 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/03/1810927> Acesso em: 27 jun. 2023.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada.** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PRIORI, Ângelo. BRUNELLO, Leandro (org.). Introdução. In: **História política e a sua escrita: temas, abordagens e problematizações.** Curitiba: Editora Primas, 2018. p. 15 - 38.

PSL. Imagens da Campanha eleitoral Bolsonaro 2018. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/lusogel4/presidente-bolsonaro/>> Acesso em: 27 jun. 2023

RATTS, Alex. **Lélia Gonzalez.** São Paulo: Selo Negro. (Retratos do Brasil)

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 443 - 450.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTANA, Bianca. **Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SILVA, Ana Lúcia da. PRIORI, Angelo. História Política, Movimento Negro e Feminismo Negro: “#Marielle semente”, as mulheres negras na política. **Sul-Sul – Revista de Ciências Humanas e Sociais**. [S. l.], v. 1, n. Especial, p. 07-34, 2021. DOI: 10.53282/sulsul.v1iEspecial.836. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/836>. Acesso em: 18 jun. 2023.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaira, 2021. (Coleção Feminismos Plurais/coordenação Djamilia Ribeiro)

Submissão em: 30/06/2023

Aceito em: 05/08/2023

Citações e referências
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS